



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

O actual modelo de consumo é complexo e variável, verificando-se algumas irregularidades nas vendas, por exemplo, com os preços dos quartos, que oscilam como os do marisco nos feriados prolongados e nas épocas altas, com os preços da hortaliça e da fruta, que aumentam exponencialmente nas épocas de tufão e chuvas, a adulteração dos pesos da hortaliça nas diversas fases de venda por grosso, a cobrança de custos adicionais pelos estabelecimentos de restauração nos dias festivos, etc.. Estas situações são frequentes e vêm-se mantendo ao longo dos anos, sem nunca chegarem a ser resolvidas. Isto demonstra que a actual legislação de salvaguarda dos consumidores já não produz os devidos efeitos, por isso, é necessário proceder à sua revisão e aperfeiçoamento, em tempo oportuno. Veja-se o exemplo da cobrança de custos adicionais pelos estabelecimentos de restauração nos dias festivos, com o pretexto de que têm de pagar o triplo do salário diário aos seus trabalhadores, situação que está a agravar-se, porque antigamente cobravam taxas adicionais de 10% que, agora, passaram para 30% ou até 50%, o que equivale a “aproveitamento da vulnerabilidade dos clientes para os roubar”. Este abuso acontece porque não existe regulamentação e, assim, dá azo à criação de um vício de más práticas. Isto também afecta a imagem de Macau enquanto centro internacional de turismo e de lazer, e perturba o equilíbrio do mercado, levando ao agravamento da inflação, situação que não agrada, de todo, aos residentes.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Por outro lado, o pagamento antecipado é cada vez mais vulgar em Macau, forma que é também utilizada por muitas empresas comerciais na venda dos seus produtos e serviços, como por exemplo refeições, serviços turísticos, programas de perda de peso, acesso a ginásios, frequência de cursos, algumas até emitem cupões para comida e alguns supermercados para compras. E também é possível adquirir na internet bilhetes de avião, de barco, cupões para a compra de bolos mais baratos, etc.. Esta modalidade de consumo, o pagamento antecipado, já é frequente em todos os sectores e no nosso dia a dia. Através desta modalidade as empresas recebem antecipadamente uma importância bastante considerável, e assim podem praticar preços mais baixos para atrair os consumidores que, entretanto, ficam presos durante um determinado tempo. Mas também é frequente a situação de não correspondência entre os bens vendidos e as respectivas amostras, situação que prejudica bastante os consumidores. Esta situação de antecipação do pagamento é um pouco melhor do a das vendas «em pirâmide», por isso, nestes últimos anos tem sido cada vez mais frequente, mas ainda não existem leis para a regular. Caso as empresas fechem, os consumidores dificilmente poderão ser indemnizados. Se Macau quer ser um centro mundial de turismo e lazer, os direitos dos consumidores têm de ser protegidos.

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. As actuais formas de consumo são complicadas e estão sempre a mudar, e algumas delas revestem-se de irregularidades que prejudicam, desnecessariamente, os consumidores. O Governo dispõe de algum plano para avaliar e aperfeiçoar a legislação relativa à garantia dos direitos dos consumidores? Existe alguma calendarização para o efeito?

2. Uma das formas de consumo que está na moda é a antecipação do pagamento, praticada em vários sectores de actividade e no dia a dia. O Governo vai estudar sobre a definição de regras de fiscalização, no sentido de reforçar as garantias dos consumidores? Vai, por exemplo, definir um limite máximo para o montante da referida antecipação de pagamento, assim como um prazo de validade?

3. As lojas certificadas foram ganhando fama ao longo dos anos. No entanto, essa certificação não passa de uma mera promessa de honestidade e qualidade no fornecimento de serviços aos consumidores, não havendo lugar a qualquer efeito jurídico, pois nem existem regras concretas. Assim sendo, é difícil garantir os direitos dos consumidores. O Governo vai aperfeiçoar e reforçar a certificação das referidas lojas?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Lee Chong Cheng

27 de Maio de 2013